

A lei do Espírito de Vida (Rm 8,2)

INTRODUÇÃO

O mundo está doente. Trata-se de uma doença grave de ordem política, social, econômica, espiritual. A modernidade, na sua idolatria da subjetividade e da racionalidade, privilegia a ciência e a técnica e se preocupa com a eficiência e com o resultado mais que com o sentido. A doença, que se pensava eliminar, agravou-se ainda mais, tornando-se doença ética. Separando a ciência, a economia, a política da moral se fez um péssimo serviço à humanidade, pois se tirou da vida o seu critério profundamente humanizador. A pós-modernidade agravou a crise jogando o ser humano no relativismo, no pessimismo, na dúvida atroz sobre a sua própria capacidade de raciocinar e de atingir a verdade.

Como ajudar este ser humano, orgulhoso de suas conquistas espaciais e científicas, mas perdido entre falsas seguranças, atacado pelo medo, corroído pela dúvida e pela desconfiança na sua própria razão?

Existe uma esperança de salvação?

Apresentam-se à nossa consideração dois caminhos: o caminho da lei e o caminho do Espírito de vida.

1. O SENTIDO DA LEI

Por lei se entende uma norma ou comportamento constante, que regula a vida do ser ou a sua conduta. No primeiro caso temos uma lei física, que expressa a estrutura do ser e diz uma relação constante entre um fenômeno e a sua causa. No segundo caso temos uma lei moral própria de seres racionais, que descobrem o nexó profundo entre a sua ação e o valor.

É evidente, portanto, que *lei* tem vários sentidos e só se aplica *analogicamente* em se tratando de coisas (lei física), de *animais* (instinto), ou do *ser humano* (lei moral).

Uma lei é tanto mais “humana” e “moral” quanto mais se afasta da necessidade e da compulsoriedade e respira ar de liberdade.

O perigo é que a pessoa prefira a voz do prazer imediato, do instinto, do provisório à voz do racional. Por isso, desde a Antiguidade, em quase todos os povos, tentou-se amarrar as orientações mais importantes de conduta não à livre escolha dos indivíduos, e sim a vontades superiores. Os legisladores humanos sentiam a necessidade de dar força às suas ordens sacralizando-as, apelando a poderes divinos. Assim, moral, direito, religião, foram-se misturando, exigindo das pessoas uma pura execução.

Os sofistas se rebelaram contra esta conexão, acusando os detentores do poder de ter inventado os deuses para se esconder atrás deles. Sócrates, temendo que com o fim da lei moral heterônoma, ditada pelos deuses, se chegasse à eliminação da moral em si, procurou repensar todo o sentido ético, fundando-o sobre elementos autônomos e universais, enfim, sobre a própria natureza humana.

Contemporaneamente os antigos gregos faziam uma grande descoberta. Eles tinham o seu mundo, a sua cultura, os seus costumes, o seu *ethos* e pensavam que era esta a maneira genuína, verdadeira, única de viver. Mas quando se avizinhavam outros povos se deram conta que o ser humano tem maneiras diferentes de viver, mesmo tendo um núcleo fundamental igual para todos. Este elemento irrenunciável é o que foi chamado de “lei natural” ou “moral natural”.

A este projeto “natural” os cristãos, sem tirar nada do que é humano, acrescentaram um projeto “sobrenatural”, com dinamismos e horizontes transcendentais.

1.1. Projetos de vida

Ao longo dos séculos os cristãos viveram sua ética, porém com enfoques diferentes. De maneira muito esquemática poderíamos dizer que eles adotaram três grandes esquemas mentais ou projetos de vida: o projeto Ordem, o projeto Homem, o projeto Reino.

1º) *O projeto ordem* é também chamado de teocentrismo e de moral tradicional. Baseia-se na centralidade da lei. Deus é tudo, o ser humano é nada. Daí a sacralidade da lei, da natureza, do poder, da dogmática, da hierarquia, do direito canônico. Daí o grande valor dado à obediência, humildade, submissão, execução. Trata-se de moral com traços marcados de autoritarismo, abstratismo, juridicismo, individualismo, pessimismo, com prevalência do medo e do castigo. É uma ordem piramidal em que a pessoa não vale por aquilo que é, mas pelo lugar que ocupa e o papel que desenvolve. Este enfoque foi prevalente até o Concílio Vaticano II.

2º) *O projeto homem* é também chamado de antropocentrismo e de moral renovada. Baseia-se na centralidade da pessoa, da subjetividade, da racionalidade, da técnica, da ciência. O centro deste projeto não é mais a lei, a ordem, e sim a pessoa humana, o eu, o sujeito. Mas este modelo contém uma grande ambigüidade: pode levar a metas profundamente humanizantes até chegar à “estatura perfeita de Cristo” (Ef 4,13), ou pode levar, como de fato tem levado, a um subjetivismo e egocentrismo exasperados com as dramáticas consequências que bem conhecemos em campo sócio-político-econômico, cultural, ecológico.

3º) *Projeto Reino (ou moral-libertadora)*. Neste a subjetividade se abre à intersubjetividade, de modo que o centro do universo não seja o eu e sim o nós, a

comunhão, em que Trindade e Humanidade realizem, num imenso mutirão, o grande projeto Reino. Aí o centro é o outro, o ponto de partida é o último, o centro é a periferia, o sem-direito dita leis.

1.2. Os projetos ao longo da história

Poderíamos usar outro esquema mental e catalogar os vários enfoques da moral segundo o critério da Antiguidade, da Modernidade e da Pós-Modernidade.

1ª) A *Antiguidade* tem uma visão ingênua (não crítica, não científica) e unitária do mundo (interligação de ética, religião, ciência, política, economia). Há também a primazia da natureza sobre o ser humano, do sagrado sobre o profano, do puro sobre o impuro.

2ª) A *Modernidade* força o gênero humano a repensar e a descobrir o seu papel no mundo. O ser humano se sente único sujeito no meio de uma multidão de não-sujeitos. Medida de tudo é a sua racionalidade, a sua capacidade de catalogar, de colocar a seu serviço o universo interior. Esteios desta nova visão portanto são racionalidade, subjetividade, cientificidade, eficiência. É científico o que pode se autojustificar. Se a ética não sabe mostrar os fundamentos da sua capacidade de obrigar não é verdadeira ciência, e só pode orientar o íntimo da pessoa, sem pretender se impor como doutrina universal obrigante.

Daí a pretensa autonomia das ciências, da arte, da economia, da política frente à ética. A ética se torna a ciência mais fraca, sem capacidade de se autolegitimar, sem demonstrabilidade verdadeiramente científica. Chegamos a um ponto de ceticismo e até de niilismo sem saída, “além do bem e do mal”, como diria Nietzsche.

A modernidade perdeu os caminhos da ética e, de certa forma, se sente perdida.

3ª) A Pós-modernidade vive entre duas direções: de um lado sente as consequências negativas da modernidade e não encontra mais na razão humana o instrumento capaz de guiá-la; de outro, frente ao fracasso, ao medo, ao perigo que o ser humano a-ético da modernidade produziu (mundo desumano, economia selvagem, política opressora, vida social violenta e irrespirável, ecologia fracassada e sem futuro), se sente obrigada a protestar, a gritar a sua indignação ética, a proclamar a necessidade de uma volta a uma economia, a uma política, a uma ciência iluminadas e dirigidas pela ética. Uma ciência separada da ética só pode desumanizar e colocar em risco a pessoa. Precisa voltar não a um mundo simplesmente técnico, mas ao mundo do sentido, dos valores, do projeto de vida, da intersubjetividade, da solidariedade.

O homem e a mulher da pós-modernidade vão redescobrendo aos poucos os motivos para acreditar em si mesmos, ter fé na força do seu raciocínio, fundamentado sobretudo no fenômeno da linguagem, exclusivo da pessoa humana e que a coloca frente a frente com outras pessoas, em pé de igualdade, de dignidade, de responsabilidade (empenho racional ético a dizer só o que posso provar).

Para o cristão a força ética do discurso não pára no ser humano, mas atinge a linguagem que porventura Deus quisesse ter com ele. A PALAVRA exige intersubjetividade e responsabilidade. A Palavra de Deus, de maneira especial. Ela exige intersubjetividade (Deus e ser humano são sujeitos verdadeiros) e responsabilidade (empenho ético de um frente ao outro).

2. A LEI DO ESPÍRITO DE VIDA (Rm 8,2)

Pelo dito até aqui, o ser humano que se coloca fora de uma visão unitária e global do seu ser, separando razão, ética, ciência, ou que se constitui sujeito único, negando a intersubjetividade, corre o risco de um fracasso irreparável.

Aí vai uma pergunta: o ser humano está perdido ou tem ainda a possibilidade e os instrumentos para refazer o caminho da vida? E Deus tem algo a dizer nesta intrincadíssima história?

2.1. As promessas de Deus

A revelação cristã nos diz que o ser humano nunca foi deixado a si mesmo, à mercê de forças cegas e fatalísticas. Ele foi pensado e criado no amor, à imagem e semelhança do seu criador. Deus, no mesmo ato fundante, estipulou com o gênero humano um pacto ou ALIANÇA perpétua. “O Pai eterno, por libérrimo e arcano desígnio de sua sabedoria e bondade, criou todo o universo. Decretou elevar os homens à participação da vida divina” (*Lumen Gentium*, 2). Mesmo na ruptura desta aliança por parte da humanidade, Deus decidiu ficar fiel e renovou o seu pacto através de Israel a quem libertou da escravidão do Egito, deu uma terra fértil e espaçosa, dirigiu com leis justas, com valores éticos elevados e com religião liberada de toda idolatria e superstição. A fidelidade de Deus é simbolizada pelo casamento. Deus é esposo fiel, que ama, adorna a sua esposa, tirando-a de uma situação de miséria (Ez 16) e perdoando suas múltiplas infidelidades (Os 1-3).

Com Jesus de Nazaré Deus renova e estreita a sua aliança. Nele fomos todos escolhidos e predestinados a sermos “filhos no Filho”.

“Consumada, pois, a obra que o Pai confiara ao Filho realizar na terra (cf. Jo 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes a fim de santificar perenemente a Igreja para que assim os crentes pudessem aproximar-se do Pai por Cristo num mesmo Espírito (cf. Ef 2,18)” (*Lumen Gentium*, 4).

2.2. O coração

Outro símbolo muito importante, além do da aliança, é o coração. Na maneira bíblica de entender, o coração é o centro da vida emotiva e afetiva, mas também da vida intelectual e volitiva, como também da vida moral e religiosa. O coração é a sede do amor. Amar a Deus e ao próximo “de todo o coração” é o máximo dos mandamentos (Dt 4,29; 6,5). Deus vai inscrever a sua lei nos corações dos seus eleitos (Jr 31,31-33): “Estreitarei um novo pacto... porei minha Lei nos seus corações e a imprimirei nas suas mentes”. Ele vai nos reunir “num só coração e num só caminho” (Jr 32,39). Ele vai tirar do nosso peito o coração de pedra e vai colocar um coração de carne (Ez 11,19; 36,26). E ainda Deus promete: “Eu vos darei pastores segundo o meu coração, que vos apascentarão com sabedoria e sorte” (Jr 3,15).

2.3. O Espírito de vida

Mas o ponto mais alto das promessas está em Ezequiel (36,24-28): “Tomar-vos-ei de entre as nações e vos reunirei de todos os países e vos levarei à vossa terra. Aspergir-vos-ei com água pura e vos purificarei de todas as vossas imundícies; purificar-vos-ei de todos os vossos ídolos. Dar-vos-ei um coração novo e porei em vós um espírito novo; arrancarei o coração de pedra das vossas carnes e dar-vos-ei um coração de carne. Porei dentro de vós o meu espírito e farei que caminheis nos meus

estatutos e observeis os meus ditames e os ponhais em prática. Então habitareis a terra que dei aos vossos pais e sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus". "Porei em vós o meu espírito e havereis de reviver" (Ez 37,14).

O Novo Testamento retoma e aprofunda o tema do Espírito, que aliás é apresentado como Pessoa viva, amor substancial do Pai e do Filho, que tudo penetra e renova. De maneira particular poderíamos considerar Lucas, João, Paulo, os grandes cantores do Espírito Santo.

Lucas frisa a presença do Espírito Santo na pessoa e na missão de Jesus e da primeira comunidade. Tudo é obra do Espírito Santo.

João nos fala do grande dom do Espírito e no-lo apresenta como o vivente, o advogado, o vivificador, a água viva que jorra até a vida eterna.

Paulo, ainda escravo da Lei, é encontrado por Jesus no "caminho" e se transforma no cantor da Lei Nova, da Lei do Espírito de vida.

Vamos percorrer brevemente as etapas do itinerário ético destes grandes artistas do Espírito.

a) O culto à Lei

A Lei era tudo e tinha o lugar central na religião judaica ao tempo de Jesus e de Paulo. O bom judeu pensava que a salvação só fosse obra de Deus. Mas para justificar e libertar do pecado Deus se servia da *Torá*, da Lei. A Lei era santa e santificadora. Observá-la era empenho de cada homem e certeza de salvação. Os Macabeus preferem morrer pela mão dos inimigos antes que violar a Lei.

O povo bom e fiel se sentia amado por Deus e considerava a *Torá* como o caminho para chegar até Ele. A Lei, então, mais do que conjunto de normas, era espírito, atmosfera em que o povo era chamado a viver a sua relação com Deus.

Mas nem sempre foi assim. Houve quem instrumentalizasse a Lei, tirando-lhe o coração, contentando-se na pura execução das normas. O próprio Saulo vivera uma espécie de puritanismo e de idolatria da Lei (cf. Gl 1,13-14).

b) O Milagre da mudança

"Quando, porém, aquele que me separou desde o seio materno e me chamou por sua graça, houve por bem revelar em mim seu filho..." (Gl 1,15-16), lá no caminho de Damasco, acontece a revelação na cabeça e no coração de Paulo. "Saulo, meu irmão – lhe diz Ananias – quem me envia é o Senhor, esse Jesus que te apareceu no caminho por onde vinhas, a fim de recuperares a vista e ficares *repleto de Espírito Santo*" (At 9,17).

A dirigir Paulo de agora em diante não será mais a Lei, mas a força nova e prepotente do Espírito Santo. "Logo caíram-lhe dos olhos uma espécie de escamas, e ele recobrou a vista" (At 9,18).

Poder enxergar tudo de novo: isso não é fruto de esforço humano, mas só pode ser fruto da graça de Deus.

c) Tudo vive sob a Lei

É assim que Paulo começa a repensar tudo de modo novo. Ele observa que tudo é regulado por leis. O ser humano também vive sob a lei. "A lei domina o homem enquanto está vivo" (Rm 7,1). "E os que são pelas obras da Lei, esses estão debaixo

da maldição" (Gl 3,10). "E pela Lei ninguém se justifica diante de Deus" (Gl 3,11). Todos estão encerrados "debaixo do pecado" (Gl 3,22).

Aqui porém é necessário observar que Paulo, quando fala contra a Lei, parece se posicionar contra a absolutização da Lei (por ele absoluto só é Cristo) e sobretudo contra uma certa interpretação redutiva e legalista da mesma.

d) O cristão porém é uma criatura nova livre da Lei (Rm 7,6)

"Quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas que através da Lei operavam em nossos membros produziam frutos de morte. Agora, porém, *estamos livres da Lei*, tendo morrido para o que nos mantinha cativos, e assim podemos servir em novidade de espírito e não na caducidade da letra" (Rm 7,5-6). "Vós, irmãos, fostes chamados à liberdade" (Gl 5,13). "Se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei" (Gl 5,18). "Onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade" (2Cor 3,17). "A Lei não é feita para o justo" (1Tm 1,9). "A Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da Lei do pecado e da morte" (Rm 8,1-2).

e) A liberdade do cristão porém não é licenciosidade ou anarquia, mas serviço de amor

"Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne mas, pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros" (Gl 5,13). Agora, "livres do pecado, vos tornastes servos da justiça" (Rm 6,18). "Entregai vossos membros a serviço da justiça para a santificação" (Rm 6,19). "Não devais nada a ninguém, a não ser o amor mútuo" (Rm 13,8).

f) O cristão, portanto, é alguém que se sente liberto de todo poder, mas só para proteger novos espaços de liberdade

"Acorrentado pelo espírito" (At 20,22), o cristão tenta realizar o projeto "liberdade". O Espírito sopra onde quer, em total autonomia (cf. Jo 3,8). É preciso portanto nascer do Espírito (cf. Jo 3,5) e se deixar conduzir pelo Espírito: "conduzi-vos pelo Espírito" (Gl 5,16). "Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito pautemos também a nossa conduta" (Gl 5,25).

g) Luta interior

Mas como é, se pergunta Paulo, "que o preceito dado para a vida produziu à morte" (Rm 7,10)? Ele sente dentro de si um conflito terrível. "Sabemos que a Lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido como escravo ao pecado. Realmente não consigo entender o que faço; pois não pratico o que quero, mas faço o que detesto... Com efeito, não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero... quando quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta. Eu me comprazo na Lei de Deus segundo o homem interior; mas percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros" (Rm 7,14-23).

"Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte?" (Rm 7,24). A resposta é clara: "O Espírito socorre a nossa fraqueza" (Rm 8,26).

h) O Espírito socorre a nossa fraqueza (Rm 8,26)

Quem é afinal este Espírito?

Com certeza é o Espírito do Pai, que é portanto o Espírito de Cristo.

"A Lei foi dada por meio de Moisés; a graça e a verdade por meio de Jesus Cristo" (Jo 1,17). Ao dom da Lei, dado por meio de Moisés, Deus acrescenta o dom do Espírito, dado por meio de Jesus. É Ele a graça e a verdade, o Consolador, o Advogado, a água viva, como dirá São João.

"A água, de fato, que Jesus promete à Samaritana e que jorrará do seu seio é o Espírito Santo, que doará no momento da sua morte vitoriosa" (Stanislas Lyonnet).

"Quem beber da água que eu lhe darei, nunca mais terá sede" (Jo 4,14). "No último dia da festa, que é o mais solene, Jesus, de pé, disse em alta voz: 'Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crê em mim, como diz a Escritura, de seu seio jorrarão rios de água viva'. Ele falava do Espírito Santo, que deviam receber os que nele cressem; pois não havia ainda Espírito, porque Jesus não fora ainda glorificado" (Jo 7,37-39). Na ceia de despedida, antes de subir ao céu, Jesus prometeu: "João batizava com água; vós, porém, sereis batizados com o Espírito Santo dentro de poucos dias" (At 1,5).

i) O batismo no Espírito Santo

João, o batizador, percebe que o batismo de Jesus não é como o seu batismo. "Eu não o conhecia, mas aquele que me enviou para batizar com água disse-me: 'Aquele sobre quem vires o Espírito descer e permanecer é que batiza no Espírito Santo'" (Jo 1,33).

"O dom do Espírito Santo é, na verdade, sem medida" (Jo 3,34), e ele substitui o dom da Lei e é tão superior como o batismo de Jesus, que tira de verdade o "pecado do mundo" (cf. Jo 1,29) e supera o batismo de João.

"O homem, enfim, não é justificado enquanto observa uma lei, mas enquanto acolhe o Espírito comunicado por Cristo, que, através de sua morte e ressurreição, tornou-se 'Espírito vivificante' (1Cor 15,45), isto é, capaz de comunicar o espírito" (Stanislas Lyonnet).

j) A lei nova do Espírito de vida

Santo Tomás diz que o Novo Testamento, a Aliança Nova de Deus, consiste na *infusão do Espírito Santo*. Enquanto o Antigo Testamento é dom de uma coisa de Deus (a Lei), o Novo Testamento é o dom do Espírito de Deus, que se doa e se torna dinamismo interior. O que é dado ao ser humano não é, portanto, ensino ou ilustração da mente; o que é dado é a própria pessoa do Espírito Santo, que se torna como o "eu" mais profundo do cristão e nele opera, abrindo a inteligência e incluindo o afeto, a fazer o que o intelecto entendeu, movido pelo mesmo Espírito.

Tanto que poderíamos falar de um Espírito Santo protagonista do cristão. Ele é o Espírito "vivificante" (1Cor 15,45), o "Espírito de vida" (Rm 8,2), aquele que introduzirá os cristãos a "toda a verdade" (Jo 16,13). "O Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome é que vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que eu vos disse" (Jo 14,26). Os discípulos serão conduzidos às sinagogas, padecerão todo tipo de injustiça. Não fiquem "preocupados com como ou com o que vos defender, nem com o que dizer: pois o Espírito Santo vos ensinará naquele momento o que deveis dizer" (Lc 12,12). Pois "o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5,5).

CONCLUSÃO

O Espírito Santo, portanto, é princípio de vida moral do cristão. Ele não é norma exterior, e sim vital e interior que “ilumina os olhos do nosso coração” (Ef 1,18). Ele não é código escrito, frio, escrito com tinta, e sim a nova estrutura do nosso ser, que nos move e nos dirige do nosso mais profundo interior a realizar a justiça (cf. Rm 15,13-19), a vontade do Pai (cf. Ef 1,17-18), as atitudes fundamentais do cristão, em particular a caridade, “fruto do Espírito” (Gl 5,22), “vínculo de perfeição” (Cl 3,14), “plenitude da Lei” (Rm 13,10), em que se cumpre e se resume toda a Lei (cf. Gl 5,14).

Nós, portanto, “selados pelo Espírito Santo” (Ef 4,30), devemos pautar por ele a nossa conduta (cf. Gl 5,25), devemos “caminhar segundo o Espírito”, “não apagar a sua voz” (1Ts 5,19), “evitar o que o entristece” (Ef 4,30).

“É assim, escreve Ambrogio Valsecchi, que gradualmente o cristão se transforma em ‘homem interior’ (Ef 5,18; 3,16). Pelo que a nova economia pregada por Paulo não é mais, como a Lei antiga, ‘letra que mata’, ‘ministério de morte, esculpido em letras sobre pedras’, mas é o ‘Espírito que vivifica’, ‘ministério de justiça’; os cristãos então são uma ‘carta de Cristo’, reconhecida e lida por todos os homens e ‘escrita não com tinta e sim com o Espírito de Deus vivo; não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações’ (2Cor 3,3-11)”.

Esta “convivência” com o Espírito, esta “experiência de vida” com Ele, cria no cristão como que uma segunda natureza, o “homem novo” (Ef 4,24; Cl 3,10), junto a um profundo desejo de genuinidade, a uma vontade de total transparência, a uma incapacidade de mentir a si mesmo e aos outros. O pecado de Ananias e Safira diz claro que enganar os irmãos é mentir ao Espírito Santo (At 5,3).

O Espírito Santo, na sua prolongada morada no cristão, cria nele um ser novo, olhos transparentes, coração puro, palavras claras, orientações decididas. Ele dá o rumo, que é sempre rumo de amor, e, depois, deixa aos acontecimentos, a estas infinitas mediações que são as “vozes dos tempos”, estabelecer situações e escolhas concretas de ação. Estas são sempre novas. Nada de mais criativo, portanto, de mais livre e, por conseguinte, de mais empenhativo. No mesmo momento em que o Espírito te liberta de toda lei, ele te joga dentro do amor mais exigente, e te consagra à solidariedade, à justiça, ao serviço. Quem ama não pode não dar tudo, até a vida. Não por constrição e sim pela dinâmica nova de suprema liberdade e de semelhança sem igual àquele Deus que, por amor, entregou seu Filho. É a ética própria do Espírito de vida.

“A lâmpada do teu corpo é o olho, dizia Jesus. Se o teu olho for limpo todo o teu corpo estará na luz” (Lc 11,36). Assim, se a tua luz for o Espírito Santo, toda a tua ação será limpa e transparente e tu terás encontrado o verdadeiro sentido da vida.

Pela Encarnação, escreve Helcion Ribeiro (na *Revista Eclesiástica Brasileira*, nº 53, 1993, p. 910), “Deus e o homem se tornaram companheiros pelas estradas e cidades desde Nazaré até os caminhos mais distantes”.

Mas a morte e a ressurreição de Jesus não nos privam da permanente presença de Deus. Ele vive agora por seu Espírito de amor, seu Paráclito. Pneumatificado, Deus está conosco. Ensinam Irineu e outros Padres da Igreja que em Jesus o Espírito Santo começou a habituar-se a morar entre as pessoas. Por outro lado, as pessoas, em Jesus, aprenderam a conter o mesmo Espírito. Vive agora entre nós e em nós o Espírito de Deus. Ele santifica a humanidade, fazendo-a crescer na

dimensão humana e – inclusive, por que não? – na dimensão horizontal da vida: dentro da ciência, da técnica e da cultura.

Pelo nascimento do Verbo, Deus assumiu a nossa carne; pelo seu Espírito pneumatiza o ser humano, humanizando-o mais e mais, através das lutas pessoais, comunitárias e populares da busca de dignificação de todos, da defesa de seus direitos, da luta pela solidária justiça, da instalação de democracias políticas e econômicas, da socialização dos bens e participação positiva na construção da sociedade fraterna, da marcha para a consecução definitiva do destino humano: viver em Deus e de Deus, como a própria glória de Deus.

Para terminar, queremos saborear uma página esplêndida de João Crisóstomo, tirada do seu Comentário sobre o Evangelho de Mateus.

“Nossa vida deveria ser tão pura até não precisar de nenhum escrito: a graça do Espírito Santo deveria substituir os livros, e como estes são escritos com tinta, assim nossos corações deveriam ser escritos com o Espírito Santo. Só porque perdemos esta graça é que devemos nos servir dos escritos: mas quanto melhor fosse a primeira maneira, o próprio Deus o tem demonstrado... Aos seus discípulos, de fato, Deus nada deixou por escrito, mas prometeu a eles a graça do Espírito Santo: ‘Ele – disse-lhes – irá sugerir tudo para vocês’; como disse por boca de Jeremias: ‘farei uma nova aliança, promulgarei minha lei nas suas almas, e a escreverei nos seus corações, e todos serão instruídos por Deus’; e Paulo, querendo afirmar esta mesma verdade, dizia ter recebido a lei ‘não sobre tábuas de pedra, e sim sobre tábuas de carne, isto é, no seu coração’. Nossa vida portanto deveria ser pura, de forma que, sem precisar de escritos, nossos corações fossem sempre abertos à guia do Espírito Santo... É de fato o Espírito Santo que desceu do céu quando foi promulgada a nova lei e as tábuas que ele incisou nesta ocasião são bem superiores às primeiras: pois os apóstolos não desceram do monte levando, como Moisés, tábuas de pedra nas suas mãos; mas eles vinham trazendo o Espírito Santo nos seus corações, tendo-se tornado, por meio da sua graça, uma lei e um livro viventes”.

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA

Compêndio do Vaticano II. 19ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1987. Veja em especial *Lumen Gentium*, Constituição dogmática sobre a Igreja, p. 37-117; e *Gaudium et Spes*, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, p. 141-256.

LYONNET, Stanislas. *La carità pienezza della legge secondo San Paolo*. AVE, Roma, 1969.

LYONNET, Stanislas. *La vita secondo lo Spirito condizione del cristiano*. AVE, Roma, 1967.

RIBEIRO, Hércion. A relação lúdica entre Deus e o homem – meditação natalina a partir da antropologia teológica. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, 1993, v. 53, n. 212, p. 900-905.

SÃO JOÃO CRISÓSTOMO. In *Matth.*, hom. 1, n. 1. In *PG* 57,13-15.

VALSECCHI, Ambrogio. *Legge Nuova*. In *Dizionario Enciclopedico*, diretto da Leandro Rossi e Ambrogio Valsecchi. 6ª edizione, Edizioni Paoline, Alba, 1985.

Nicolau Masi
Caixa Postal 566
66017-970 Belém, PA